

Representação Subjetiva e Representação Objetiva em Kant Fernando Matias Valenzuela Carlucci

O problema de pesquisa em questão pode ser resumido na seguinte formulação “como é possível compreender o que Kant entende por ligação entre representações com validade meramente subjetiva e qual a sua diferença para uma ligação dita objetiva?”. Uma pesquisa com tais intenções deve inicialmente tentar responder o que é uma cognição e analisar as peças fundamentais da compreensão desse conceito no Idealismo Transcendental de Kant.

Numa cognição de objeto, temos a forma lógica geral de um juízo e sua aplicação ao conhecimento dos objetos do mundo, garantida pela validade objetiva categorias ao múltiplo da intuição. Os juízos que se originam dessa relação tripla entre sujeito – representação – mundo, são objetivos porque as categorias têm validade universal e necessária para uma autoconsciência qualquer. Contudo, se qualquer cognição envolve a estrutura de um juízo aplicado ao múltiplo da intuição, estamos autorizados a dizer que há cognições com validade subjetiva? Em caso afirmativo, como elas ocorrem? O problema se desenvolve nas interpretações contemporâneas de Longuenesse e Allison. Para ela, determinados juízos analisados nos Prolegomenos a toda Metafísica do Futuro e na chamada Lógica de Jäsche fazem referência a juízos com validade subjetiva, como p.ex. “a pedra está quente”. Neste caso, podemos ter duas compreensões: ou falamos de uma propriedade presente na pedra ou de como um sujeito (eu) a sente, contudo, isso demanda outra compreensão da relação entre categorias a juízos, que Allison não estaria disposto a aceitar. Minha intenção é apresentar como Béatrice Longuenesse e Henry Allison discutem e compreendem os supostos juízos com validade subjetiva e qual a sua diferença com juízos objetivos.